LIVRO: 3	FLS: 491.
DOC:	FLS: 2



As

CONTRATO DE EMPREIT ADA DE "CASA MUNICIP AL DA CULTURA
AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO"
(Contrato 97/2016)
Entre:
Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Augusto Soares Machado, n
uso da competência conferida pela alínea a) do nº1 e pela alínea f) do nº2 do artigo 35
do Anexo I da Lei nº75/2013 de 12 de setembro.
"A. Baptista de Almeida, S.A.", com sede na Rua Adriano Lucas
nº122, em Coimbra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra, sob
o número/ N.I.P.C. 500 000 379, com o capital social de um milhão e quinhentos mil
euros, representada por José Miguel de Rosa Baptista de Almeida, portador do cartão
de cidadão (Portugal) nº , e Maria José de Rosa
Baptista de Almeida, portador do cartão de cidadão (Portugal)
ambos com domicílio profissional na morada acima indicada da
qual são administradores, com poderes para este ato, conforme certidão permanente do
registo comercial, arquivada junto ao processo.
- PUB.
É celebrado o presente contrato nos termos e condições seguintes:
Cláusula Primeira————————————————————————————————————
Do Procedimento
1.1 - A adjudicação foi efetuada na sequência de um ajuste direto, ao
abrigo do disposto na alínea a) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos, aberto

por despacho do Presidente desta Câmara Municipal, datado de 16 de junho de 2016,
aposto na informação nº 20890/2016, de 06 do mesmo mês, da Divisão de Edifícios e
Equipamentos Municipais.
1.2 - Por despacho do Presidente desta Câmara Municipal, datado de
07 de setembro de 2016, aposto na informação nº 30602/2016, de 05 do mesmo mês, da
Divisão de Edificios e Equipamentos Municipais, foi aprovado a declaração de
caducidade da adjudicação da presente empreitada à sociedade "M. Fernandes & L.
Nobre, Lden.
1.3 - Por despacho do Presidente desta Câmara Municipal datado de
09 de setembro de 2016, aposto na informação nº 31089/2016 de 07 do mesmo mês, da
Divisão de Edificios e Equipamentos Municipais, foi adjudicada a empreitada, objeto
deste contrato, à sociedade supra identificada.
1.4 - Por despacho do Presidente desta Câmara Municipal datado de
27 de outubro 2016, aposto na informação nº 36743/2016 de 24 do mesmo mês do
Departamento de Administração Geral - Gabinte de Contratos, foi aprovada a minuta do
presente contrato, nos termos do nº1 do artº 98º do Código dos Contratos Públicos
aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e aceite pelo adjudicatário.
——————————————————————————————————————
Objeto do Contrato
2.1 - O presente contrato tem por objecto a empreitada designada
"Casa Municipal da Cultura – Ampliação das Instalações da Divisão de Cultura e
Turismo", nos termos da proposta e lista de preços unitários apresentada pela sociedade
adjudicatária, com a referência 87.00.2016, submetida na plataforma eletrónica em 27 de
junho de 2016 (17:58:51), que se anexa.
2.2 - O presente contrato reger-se-á, ainda, pelo convite à





HODI-CO

apresentação de proposta, caderno de encargos e documentos complementares que faze
parte integrante deste contrato.
Preço
um euros e quarenta e oito cêntimos, valor constante da referida proposta e lista d
preços unitários. — ——————————————————————————————————
3.2 - Aquele preço será acrescido o imposto sobre o valo
acrescentado à taxa legal em vigor (seis por cento) que se traduz na importância de trê
mil cento e vinte e um euros e vinte e nove cêntimos, sendo o encargo total de cinquenta
e cinco mil cento e quarenta e dois euros e setenta e sete cêntimos.
Forma de Pagamento
montante determinado por medição com a devida observância do disposto nas cláusulas
26ª e 32ª do respetivo caderno de encargos.
- Por fórmula, nos termos da cláusula 37ª do caderno de encargos e
ponto dois das suas cláusulas complementares.
Cláusula sexta
Prazo de execução
- A presente empreitada, tem o prazo de noventa dias (contínuos,
correndo aos sábados, domingos e dias feriados), contados a partir da data do auto de
consignação de trabalhos ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao

empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja
posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado, em conformidade com o disposto
nas cláusulas 9ª e 53ª do caderno de encargos.
Cláusula sétima—————
Casos omissos ——————————————————————————————————
- Ao presente contrato será aplicado subsidiariamente o disposto no
Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro,
na sua redação atual, e demais legislação aplicável.
Foro competente
estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa
renúncia a qualquer outro.
Caução
obrigações decorrentes deste contrato é constituída pela garantia bancária nº
2515.002655.493, no valor de dois mil seiscentos e um euros e sete cêntimos, prestada
pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., em 15 de Setembro de 2016, arquivada junto ao
processo.
Cláusula décima
- Informação de cabimento nº 498/2016 prestada pela Divisão de
Contabilidade e Finanças desta Câmara Municipal em 20/10/2016, donde consta que
relativamente ao contrato em apreço no orçamento financeiro para o ano dois mil e





dezasseis, a despesa tem cabimento pela rubrica orçamental 03/07010301/DOM
Instalações de Serviços: com o orçamento corrigido de quatrocentos e setenta e três mi
setecentos e quarenta e oito euros, com o saldo disponível de trezentos e sessenta
quatro mil setecentos e quarenta e seis euros e quinze cêntimos, ficando cativa a despesa
emergente de quarenta e sete mil seiscentos e quarenta e dois euros e setenta e sete
cêntimos, com encargos que transitam para o ano seguinte (2017) - sete mil e quinhentos
curos
de Contabilidade Autárquica com o número sequencial 23057.
Ficam ainda arquivados junto ao processo os seguintes documentos: -
a) Alvará de empreiteiro de obras públicas;
b) Despachos mencionados na cláusula primeira;
de Coimbra e aceite pelo adjudicatário;
d) Proposta;
e) Convite à apresentação de proposta e caderno de encargos;
f) Informação de cabimento e compremisso;
g) Declaração da sociedade, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 81º
do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de
Janeiro;
h) Registos criminais (2) dos titulares do conselho de administração
da sociedade adjudicatária, em efetividade de funções, que comprovam que os mesmos
não se encontram nas situações previstas na alínea i) do art. 55.º do mesmo Diploma
Legal;
i) Declaração da Segurança Social, emitida em 11/08/2016 donde

O Presidente da Câmara Municipal

(Manuel Augusto Soares Machado)

"A. Baptista de Almeida, S.A."

BAPTISTA DE ALITERISTA DE ALIT

(José Miguel de Rosa Baptista de Almeida) (Maria José de Rosa Baptista de Almeida)

Mis: C.D./ 877

Serv.Pra: DAG (Gabinete de Contratos)